

CRÍTICA DO SISTEMA LIBERAL-DEMOCRÁTICO DE PROCEDIMENTOS E NA DEFESA DA DEMOCRACIA DIRETA

Bruno Lima Rocha e Júlia Klein

1.) INTRODUÇÃO

Nas páginas que seguem desenvolvemos tópicos, de forma didática e com abundantes exemplos concretos, de como o modelo de democracia representativa apresenta um vazio emblemático cada vez maior. Em contrapartida, demonstramos como apenas a participação social organizada na defesa e ampliação dos direitos políticos, civis, econômicos, sociais e ambientais, traz a base do exercício de soberania popular. Para além das instituições pós-coloniais, a realização do Bem Comum só é assegurada por formas de autogoverno das maiorias.

2.) A REFORMA POLÍTICA ESTRUTURAL

Seguindo na lógica de propor um debate franco e ousado, vamos abordar o estatuto da representação. Não nos referimos, especificamente, à diferença de mandato no Legislativo e no Executivo, mas sim da própria ideia de representação social. Desde a reeleição de FHC em 1998, se discute, com alguma intensidade, a reforma política. Os debates, reconhecidamente casuísticos, assim como as regras de última hora, não atingem o problema no seu centro crucial. Nossa intenção aqui é manter a capacidade proativa de gerar polêmica e, a partir desta, buscar soluções.

Sabemos que o pleito se avizinha e não temos intenção de fazer manobra diversionista. Tampouco queremos apoiar uma espécie de "autismo político". Justo ao contrário. Reconhecemos a capacidade prognóstica de nossos colegas de análise, estejam na academia, na mídia, em consultorias ou escritórios de campanha. Também fazemos projeções eleitorais, contudo, gostaríamos de chamar para um debate de fôlego. Observamos que o conceito de classe política está naturalizado em nossa própria formulação. Ou seja, como e porque nossos representantes se autorregulam, isolam-se das bases que os indicaram? A formação de elites políticas que se comportam como fração de classe não é algo pré-determinado e sim construído. Infelizmente, é muito difícil separar-se desta “naturalização” quando a centro-esquerda domestica as esquerdas e a esquerda parlamentar consegue reproduzir o isolamento de quem está

mais à esquerda. Ou seja, terminamos por reproduzir o modelo tão combatido, haja visto o péssimo exemplo da tal da governabilidade exercido pelo lulismo antes do golpe de abril de 2016.

Para complicar, um dado nos assombra: a renovação do Congresso e das instâncias parlamentares é da ordem de 40% a cada eleição, ou seja, não é por falta de mudança nos atores individuais que a estrutura de representação não se altera. Partimos do princípio da crítica ao estatuto da reeleição, como forma de permanência de uma elite especializada no poder. E o centro do problema está, justamente, no fato da reeleição encontrar-se fincada na tradição dos parlamentos nacionais.

Algumas das características de um comportamento de classe dirigente é o seu instinto de sobrevivência, a permanência de costumes e formas arraigadas do exercício de poder. Tentando desconstruir a ideia de classe política, nos parece óbvia a necessidade de terminar com a expectativa de se fazer uma carreira política de forma ininterrupta. A democracia concebida hoje pode ousar e muito das formas experimentais - uma delas é a aplicação de aspectos não burocráticos. Na prática, significa alternar a representação, tanto no Executivo como no Legislativo, aumentar a participação cidadã e criar uma regra que obrigue o indivíduo eleito para um mandato passar quatro anos na função e os outros quatro nas mesmas condições de vida de sua profissão de origem. Provavelmente, as elites políticas defenderiam suas carreiras através das indicações entre mandatos. Vamos supor: um (a) deputado (a) eleito (a) em 2018 cumpriria o mandato até 2022 e, nos anos seguintes, seria contemplado com um cargo comissionado (CC), de algum outro colega. Tal mecanismo só poderia ser combatido com a proibição das indicações.

A proibição da reeleição teria de valer também para as nomeações por compadrio ou troca de favores. Isto é, nenhum cidadão poderia exercer uma função pública por mais que quatro ou cinco anos seguidos. As funções seriam, a princípio, o exercício de 1º, 2º e 3º escalões de governo, incluindo o Parlamento, o Executivo, os CC's e as funções gratificadas (FG's). As últimas são próprias do serviço público e, na prática, funcionam como um trampolim político, desestimulando os servidores de carreira.

Mesmo sabendo que uma proposta como esta soa como espartana, portanto antipática, afirmamos que toda reforma estrutural dói, especialmente nos seus beneficiados diretos. Quando se discute a reforma política, o debate gira em torno de fórmulas e mecanismos. Não somos contra a engenharia política, mas acreditamos que o

recheio seja tão importante quanto a massa do pastelão. Dessa forma, não basta discutir a regra se não mudarmos a mentalidade e as expectativas dos operadores políticos. Considerando que a consciência republicana é artigo em escassez no mercado, nos resta aplicar uma forma de impedir a ideia da carreira de político profissional.

Poderíamos discutir as vantagens do mandato parcialmente imperativo, que é o contrário do atual mandato delegativo. Entretanto, antes de entrarmos nesse tema, a urgência é outra. A ideia básica de carreira política tem sua relação direta com a de mobilidade social. Quando alguém "entra na política", imediatamente, abre mão de fazer política entre os seus, usurpando para si redes de relações e vínculos sociais, todas de construção coletiva. Se o intuito do (a) parlamentar fosse somente o de representar um setor da sociedade, ele ou ela não se importariam em exercer o mandato coletivo e, posteriormente, voltar para sua base social. O problema é que não é isso que ocorre.

Um comentário recorrente entre eleitores é o fato de que "fulano não mudou, ainda é um sujeito simples, fala com a gente de igual para igual". O que era para ser obrigação torna-se virtude. A ideia de fundo, atravessando a mentalidade do brasileiro médio, é a de que a "vida política gera mobilidade social". Esta mobilidade, somada ao fetiche do exercício de parcelas do poder burguês, e considerando que vivemos em uma sociedade de classes, trata-se de mover-se para cima. Para frear isto, a própria sociedade teria de obrigar aqueles que quisessem tentar o exercício de funções públicas a retornar para suas funções de origem, antes de serem eleitos.

Nas três primeiras décadas do século XX, o sindicalismo mais combativo tinha um mecanismo parecido. Durante o período em que os dirigentes sindicais exerciam suas funções, seus vencimentos eram os mesmos de um operário de fábrica na sua profissão de origem. Terminado seu mandato, o sindicalista necessariamente voltava para sua base por igual período em que exercera a função dirigente. Assim, a própria estrutura combatia o surgimento de burocratas superespecializados e se obrigava a formar novos militantes. Estamos falando de um setor social que, na época, trabalhava 12 a 16 horas por dia, em sua grande maioria alfabetizado nas escolinhas do sindicato, cujos líderes eram alvos de perseguição patronal permanente. Detalhe: naquela época ainda não existia imposto sindical, nem Ministério ou Justiça do Trabalho (pelo visto, entraremos nas próximas décadas novamente sem esse sistema protetivo).

Voltando ao mundo da representação política, agora no início do século XXI, vemos tudo ao inverso. Os operadores da política revezam-se nas funções, porém poucos retornam para as bases do setor da sociedade que o (a) elegera. Tornam-se de

fato os (as) "eleitos", oscilando entre cargos comissionados, como ministérios, secretarias, governos, presidências, governos estaduais, prefeituras ou gabinetes. Do jeito está, sem um instrumento de controle social da representação, o distanciamento entre políticos profissionais e a sociedade desorganizada será cada vez maior.

Em tese a premissa é simples. Qualquer um que ocupe uma atividade pública tem por obrigação passar o mesmo período sem poder exercer nenhuma função de mandato ou confiança. É de se pensar algumas formas compensatórias, considerando que um político nestas regras seria alvo de maior controle social, portanto, incomodaria mais gente. O mais importante é quebrar a continuidade nas funções-chave do Estado, desassociando a participação da ideia de carreira política, cujos dividendos incluem a especialização e a mobilidade social.

Esta proposta seria outra reforma política, dotada de medidas estruturantes e não simplesmente contemplando o "afundar progressivo" da democracia brasileira. Noutras ocasiões voltaremos ao tema, complexificando exemplos e cenários. Reconhecemos que o assunto é difícil, mas não imaginamos nada mais urgente para o achacado regime vivido por nós.

3.) O SISTEMA DE ESPÓLIO E AS REGRAS INFORMAIS

Quem nunca se perguntou “o que é e sobre o que tratam os partidos e organizações políticas”? Muito grosseiramente, organizações políticas são associações voluntárias, com afiliação individual e alguns parâmetros comuns, tais como: programa, forma de funcionamento interno, níveis de incidência, métodos validados pela própria estrutura, campo de alianças, base ideológica, etc. Os itens acima podem variar segundo a organização, o regime, o momento do regime, a sociedade, o sistema político e as regras formais e informais aplicadas.

Um exemplo nítido de regras informais que tomam ares de instituição, no Brasil, é o caso dos cargos em comissão ou cargos de confiança, popularmente conhecidos como CC's. Tecnicamente, o conceito aplicado pelo toma de posse dos recursos do Estado pelas novas administrações eleitas é conhecido como sistema de espólio, que implica na ocupação de postos-chave pela coligação escolhida pelo voto, segundo critérios variados. No ambiente interno da administração pública, especificamente entre os servidores de carreira, o equivalente aos CC's são as funções-gratificadas (FG's). Com CC's ou FG's temos como dilemas o volume de encargos e os critérios para tal convocação.

Uma das regras informais que vem sendo duramente combatida na vida republicana é o chamado nepotismo, ou seja, indicação de pessoas com parentesco até o 3º grau para a ocupação de cargos em comissão ou funções gratificadas na administração pública. A apropriação dos recursos públicos pelo Estado e para os consórcios econômico-político-eleitorais (em regime democrático) é algo estrutural na república brasileira. O que isso significa? Tem o sentido que é da própria constituição do Estado brasileiro, nas Capitânicas Hereditárias, do chamado patrimonialismo.

Para romper com o sistema de espólio e as regras informais do nepotismo seriam necessários uma pressão da sociedade e um pacto de comportamento dos operadores políticos. Reforçamos que nenhum pacto funciona se não for substantivo, com a mudança de regras sendo acompanhadas com a distribuição de poderes. O país já vivera uma abertura lenta, gradual e restrita, iniciada em 1974, onde fizeram o bolo crescer, o fermento virou dívidas e só foram distribuídas as fatias da mádesvalorização do cruzeiro, em 1983. Na reforma partidária que acompanhou a mesma abertura, ficou desenhado o sistema político de hoje.

Voltando às regras informais e à capacitação dos eleitores, temos uma indicação de conduta imediata. Um bom exemplo do que estamos tratando pode ser o acompanhamento da formação dos gabinetes dos parlamentares estaduais e federais, eleitos no último dia 1º de outubro. Verifiquem quais os critérios, a que grupos de interesses atendem os indicados, quem os indica e os porquês. Afinal, trata-se de nosso dinheiro e da vontade política da população delegada a um operador político. Montar a equipe de trabalho com critérios justos, lógicos e funcionais é um espelho da forma de fazer política deste indivíduo e de sua agrupação. O mais sadio para a vida republicana seriam regras formais que cortassem 70% dos CC's e FG's. Ao mesmo tempo, a extinção imediata do nepotismo e a substituição de todos os cargos por indicação, pelo salutar mecanismo do concurso público. Concluído o 2º turno, entre novembro e dezembro, se dará uma corrida maluca ao pote de ouro. Ficar atento e fiscalizar o poder público é um primeiro passo para estabelecer regras formais (e mais justas), ajudando assim, a democratizar a própria democracia.

4.) REFERÊNCIA E GRAVITAÇÃO

Neste capítulo, uma das noções que trazemos é o debate dos conceitos de referência e gravitação. Começamos pelo primeiro. Referência em política é o balizamento que o público em geral e o entorno de uma organização aplicam para uma determinada ideia ou pessoa. No momento, a referência conceitual analítica para as

questões sociais é a ideia *gramsciana* de sociedade civil, sociedade política/Estado e sociedade econômica/Mercado. No entrevero da sociedade civil entram, no mesmo bojo, associações de cunho classista, cultural e corporativo. E, operando sobre a sociedade civil, uma nova escala de intermediários, chamadas como redes de terceiro setor.

Resultado do múltiplo referencial é o uso difuso de um conceito que não se torna operacional. Um exemplo: um determinado dirigente político pode ser referencial para um grupo. Muitas vezes, a referência externa, para o grande público, não revela a correlação de forças na interna daquela agrupação. Ainda assim, é costume escutarmos que quando o (a) "Fulano" (a) fala, entende-se que o total daquele movimento ou partido está emitindo opinião (o que pode, também, representar uma intenção no sentido oposto). É costumeiro o uso da opinião do entorno para influenciar o ambiente interno de uma agrupação. Com a presença da mídia, aumenta-se a referência externa, apontando para dentro posições que, muitas vezes, sequer foram discutidas. Quando vemos os cardeais do Congresso declarando opiniões pessoais, na maior parte das vezes, estão utilizando seu peso gravitacional para tornarem-se referenciais em temas delicados ou de seu interesse direto. A arte da declaração é fundamental no jogo político, por dentro ou por fora das regras formais.

Quanto maior a capacidade de referenciar a posição dos demais, maior será o peso gravitacional de um ator político individual ou um agente coletivo. A opinião pública é constantemente abalada por opiniões ou posturas prévias de um ou mais agentes com muita gravitação. O mesmo se dá com os indivíduos. A cristalização de lideranças leva a um maior número de pessoas a buscarem neste ou naquele dirigente ou político profissional a capacidade de interlocução ou mediação de conflitos. Assim, se desmagnetiza a força coletiva, passando a ter mais poder e presença a estrutura que gira em torno de um operador político.

Nos partidos de esquerda parlamentar e institucional, este fenômeno é corriqueiro e ainda mais sentido do que nos clássicos operadores individuais de direita. Quando um militante sindical é indicado como dirigente de sua categoria, torna-se conhecido. Assim, pode canalizar esta referência entre milhares de pessoas, nos espaços midiáticos e na centralização decisória para sua corrente ou facção. Ao longo do tempo, esta referência pode ser aplicada em uma candidatura parlamentar. Uma vez eleito (a), a tendência à autonomização do mandato e das vontades políticas do operador é um destino manifesto.

Como contrabalançar o peso da referência e gravitação de um indivíduo em relação ao coletivo de origem é um dos entraves da representação democrática. É consenso entre os cientistas políticos referenciados nas experiências concretas da América Latina, que a democracia (na maneira como se apresenta atualmente) é um regime fadado a frustrar as maiorias céticas. Um dos motivos é a absorção de seus líderes históricos para uma outra lógica de comportamento de classe. É como se o político passasse a pensar como agente de sobrevivência pessoal e não como delegação de uma parte do povo para seus interesses defender.

Neste sentido, a contabilidade nas finanças públicas deveria ser acompanhada não apenas na fiscalização sobre políticos profissionais, mas por mecanismos de decisão concorrentes e complementares. Somente com dotação orçamentária e conselhos municipais participativos e com condições reais de decisão é que atingiremos um primeiro passo para criarmos uma instância coletiva como referência de sociedade. O mesmo se dá na gravitação política. A reforma política das listas fechadas não é a panaceia da democracia e nem solução para nada. Uma saída viável é assumir que os mandatos pertencem ao partido e não ao indivíduo. Pouco a pouco, a gravitação pode ir migrando para a opinião pública, se começarmos a aplicar um sistema de plebiscitos para as decisões mais importantes. Passar a referência e a gravitação política dos indivíduos para os coletivos organizados é aumentar a eficácia da democracia em nosso país e Continente.

5.) GOVERNABILIDADE E OUTROS TEMAS

O Brasil tem a triste sina de reproduzir, através da indústria que fabrica sentidos, a grande mídia, uma série de conceitos perfeitamente falsificáveis. Um deles, sempre em voga quando se negociam postos e funções no sistema de espólio pós-eleitoral, é o famoso conceito de governabilidade. Trata-se de um equilíbrio de forças (muito distante da realidade), entre os agentes do sistema político e os consórcios econômicos que os apoiam, isso quando não partem para a representação direta através de empresários candidatos. Outra parcela da governabilidade pós-golpe é o alento para a tecnocracia das carreiras jurídico-policiais, o chamado estamento togado e setores afins.

Seguindo a governabilidade no ambiente estritamente político (como se fosse possível), vemos uma distribuição mais ou menos equidistante de possibilidades entre os interesses representados e as instituições correlatas do Estado e da sociedade. Em termos chulos, a governabilidade “à lá brasileira” caracteriza-se por duas funções:

- A capacidade de "canetear" uma lei, ou medida-provisória, ou qualquer interesse direto transformado em algo mais ou menos legal;
- A "guaiaca forrada", os bolsos cheios, ou seja, a dotação orçamentária.

A segunda capacidade se aplica na correlação de forças internas, restringidas pelos devidos contingenciamentos proporcionados pelo governo do Copom e o dono da chave do cofre do caixa único do Tesouro Nacional. Este, mantendo o padrão histórico, segue aberto aos juros promovidos pelas instituições financeiras, assim como os ingleses no início do século XIX abriram nossos portos para as "nações amigas".

Na origem de tudo, está a mentalidade colonizada. A política brasileira incorpora ciclicamente os jargões advindos do receituário conceitual aplicado nos países de capitalismo central. Inúmeros conceitos chegam aqui, da mesma forma que as caravelas e os navios negreiros. Como é sabido, nem os invasores lusos, tampouco os sequestrados africanos vieram para a Terra de Santa Cruz a passeio. Com a carga conceitual "importada", o procedimento é o mesmo. O que se produz de científico nos países centrais, tem a capacidade de impor-se como universal. Já os saberes incorporados na universidade da periferia e Semiperiferia do sistema mundo são taxados pela metrópole como regional, local, conteúdo complementar, exótico, dentre outras caracterizações colonialistas.

Ao incorporar conceitos de forma indiscriminada, as elites dirigentes e acadêmicas nacionais proporcionam o aumento da esquizofrenia de nosso sistema político. Afinal, o conceito só é conceito se for operacional. Desenvolvendo esta ideia, imaginemos um aparato tecnológico sem condições de ser aplicado no parque industrial de nosso país. Mas, ao mesmo tempo, esta forma de tecnologia específica tem como função básica afirmar a distância entre centro e periferia do sistema mundo. Assim, o modelo construído é marcado pelas idealizações de terceiros, não por coincidência, os maiores interessados e responsáveis pelo nosso próprio atraso tecnológico. Os reprodutores dessa idealização são aqueles com a mentalidade de metrópole, que atuam como "maquiadores" do pensamento central nos países receptores da ciência. Na ponta de cá a função é a de coronelismo e feitoria do pensamento brasileiro e latino-americano. Reproduzindo uma a uma das ideias-guia do novo pensamento único, repetindo em todo o momento a máxima da "Dama de Ferro", Margaret Thatcher: "Não há alternativa!", dizia a 1ª ministra do Partido Conservador, ainda em 1979.

Estes operadores intelectuais defendem a morte e a inserção subordinada do Brasil e da América Latina ao sistema mundo. Afirmando isto, manifestam sua própria

característica de pensamento dual, subordinados fora do país e subordinantes em territórios já antes invadidos por Borba Gato, Jerônimo Leitão, Nicolau Barreto, Domingos Jorge Velho, Bartolomeu Bueno da Veiga (o Anhanguera) dentre outros "heróis" do Brasil bandeirante. Na mesma lógica das bandeiras de corsários nas entradas além Tordesilhas, funciona a aplicação das máximas do pensamento único no Brasil atual, cuja intenção é saquear a riqueza local, transformando nossas identidades próprias em complexos de bastardos. Isto ocorre ao aplicar, sem senso crítico algum, toda a bula das especialidades referenciadas no neoliberalismo, nas áreas da política, gestão pública, economia política, política econômica e tudo o que tiver relação com a governabilidade.

A analogia conceitual e a discussão de governabilidade são decorrentes da postura em promover um "governo de coalizão". Quanto aos temas de fundo, antes de iniciarmos o debate é preciso desconstruirmos as ideias pensáveis do receituário de baboseiras neoliberais que poluem nossas mentes.

6.) REFORMA POLÍTICA E SOBERANIA POPULAR

Para a ciência política brasileira, ao menos em seu setor hegemônico, a reforma política é tratada como a menina dos olhos. Para os operadores políticos nacionais, a cada escândalo semanal alguém relevante brada: "Pela reforma política!". Assim, sabendo pouco ou nada sobre aquilo que se quer, a palavra mágica torna-se pedra de salvação para a ilegitimidade crescente de ritos e procedimentos políticos, cada vez mais vazios de conteúdo. Nossa crítica começa na própria forma como se apresenta a discussão. A "reforma" aqui debatida é a aplicação de regras e procedimentos eleitorais de algumas democracias consolidadas. Laudas sem fim defendendo e atacando a lista fechada, a lista aberta, o percentual de 30% para as mulheres, se o voto será distrital ou distrital misto e qual a porcentagem de um eleitor.

Na democracia brasileira pós-1985, a equação é a soberania do eleitor e o estatuto da representatividade. Isso porque, a forma de mandato, abre muita margem para que o operador político faça o que bem entenda. Uma das formas de mandato da democracia inglesa surgida após a Revolução de Cromwell, tão bem quista e falada pelos acadêmicos brasileiros, era o chamado mandato imperativo. Neste modelo, tanto o parlamentar como o executivo tinham uma estreita margem de manobra para negociação. O controle era maior, até porque o número de eleitores era pequeno. Ou seja, ainda que com poucas variáveis, o mandato era programático e não de ocasião. Justo o oposto da política brasileira.

Para democratizar o Brasil atual é preciso garantir algum grau de mandato imperativo em nossa democracia de massas. Material humano para testar e aplicar saídas, nós temos de sobra. Assim, a ciência política nacional aplicaria os recursos públicos dos programas de pós-graduação para aumentar a eficiência governamental e a soberania popular. Infelizmente, na maior parte das vezes, ocorre justo o inverso. O efeito nas ruas é pior do que o ceticismo dos intelectuais. A maior parte dos eleitores termina por sentir-se desamparada pelos governantes. Pregar o bom governo não basta, ele deve se materializar, e logo.

Democracia, em tese, e ainda segundo os gregos, teria o significado de "mando do povo". Assim, com maior ou menor autonomia do representante e do gestor público, cabe ao indicado fazer valer a vontade popular. Portanto, mesmo com todos os recursos midiáticos e de marketing eleitoral, supostamente é a soberania popular quem decide. Assim sendo, e visto foseo entre eleitos e eleitores, a melhor reforma política é assegurar a decisão popular sobre os temas fundamentais para o país. O grau de definição que teria esse conceito depende da maturidade e mobilização popular daqueles que o defendam. Entendemos que um modelo federalista de Estado, somado à aplicação de um mecanismo de democracia direta, são ferramentas necessárias para o aumento da participação popular. Modelos e experiências, a humanidade gerou de sobra.

É curiosa a escolha de modelos de democracia. A lista fechada e o voto distrital misto servem, porque alguns países de capitalismo central o aplicam e bem. Já a base de decisões via plebiscitos, aplicada no Uruguai e na Suíça, por exemplo, não é sequer levada em conta. Em toda a América Latina é enorme a decepção com os regimes democráticos. Nenhuma pesquisa aponta que os latino-americanos queiram a volta dos regimes autoritários. O quê se quer é o aumento da democracia e a solução dos problemas fundamentais. Como não existe vazío em política, na ausência de um projeto democrático de inclusão social, qualquer projeto com algum grau de apelo popular e nova institucionalização poderá sair vitorioso. O mínimo que se deve esperar de um governo é que cumpra a vontade popular para o mandato que recebeu. E, por consequência, que defenda os interesses diretos das maiorias, sejam elas nacionais ou regionais. Mas, como viemos repetindo, a inocência política é a presunção do abandono das posições de luta. Mais vale confiar nas próprias forças do que apostar em uma institucionalidade burguesa, tão “estável” como a “lealdade” da direita brasileira para com seu povo.

SOBRE OS AUTORES

Bruno Lima Rocha é pós-doutorando em economia política e doutor em ciência política. Professor de jornalismo e relações internacionais. Contato: blimarocha@gmail.com | Blog www.estrategiaeanaliseblog.com

Júlia Klein é jornalista, especialista em gestão de crises de imagem e mestra em linguística aplicada na Unisinos. Contato: juliaklek@gmail.com